

● **Marcia Heloisa Santos de Almeida**

**Globalização e Multiculturalismo:
sinal de contradição**

**Rio de Janeiro
2001**

● **Marcia Heloisa Santos de Almeida**

●

**Globalização e Multiculturalismo:
sinal de contradição**

**UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

**Reitor: PIETRO NOVELLINO
Decano: MARIA JOSÉ MESQUITA CAVALLEIRO DE MACEDO WEHLING
Diretor da Escola: DAYSE MARTINS HORA
Chefe de Departamento: MÔNICA CERBELLA FREIRE MANDARINO**

**GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO: SINAL DE
CONTRADIÇÃO**

MARCIA HELOISA SANTOS DE ALMEIDA

**Monografia apresentada ao curso de
Pós-Graduação, Lato Sensu, em
Formação de Docentes Universitários
da Universidade do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para a obtenção
de título de especialista em Docência
Universitária**

Professor Orientador: AHYAS SISS.

**RIO DE JANEIRO
2001**

ALMEIDA, Marcia Heloisa Santos de. **Globalização e multiculturalismo:** sinal de contradição. 2001. 40 f. Monografia (Pós-graduação em Formação de Docentes Universitários)-Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

Al64 Almeida, Marcia Heloisa de.
Globalização e multiculturalismo : sinal de
contradição / Marcia Heloisa de Almeida - 2001.
40 f.

Monografia (Pós-graduação em Formação de Docentes Universitários)-Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

1. Multiculturalismo. 2. Globalização I.
Título.

CDD 306.446
CDU 316.722

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram, incentivaram, criticaram e aconselharam na elaboração da minha pesquisa.

Aos colegas de turma pela aquisição de novos conhecimentos, novas idéias, através da permuta em sala de aula.

Aos mestres, pelo bom ensino ministrado durante o curso, que propiciou-me a elaboração desse trabalho.

E, finalmente, o meu agradecimento especial ao prof. Ahyas Siss, pela orientação ministrada, pela firmeza e interesse manifestados na condução da minha pesquisa, sem o que jamais conseguiria finalizar esse trabalho.

RESUMO

A globalização é um processo irreversível atingindo modernamente os lugares mais remotos do planeta. A “aldeia global” é um fato. Em razão disto, procura-se aqui demonstrar as consequências da interligação entre o fenômeno globalizante das economias e as exclusões e desigualdades sociais, raciais ou étnicas, experimentadas, principalmente, pelas nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, tendo em vista esse processo monumental em curso, acelerado através dos mais modernos meios de comunicação disponíveis na atualidade. Frente ao quadro preocupante da possível descaracterização da cultura nacional, essa pesquisa voltou-se para o estudo dos reflexos do processo, na área da educação, da preservação da língua, da cultura, da identidade nacional. Para além de considerações de ordem xenófoba ou subserviente e baseado em considerações de fontes atualizadas, traça-se um quadro, embora modesto, mais realístico, dos efeitos da globalização econômica sobre a nossa cultura, balizando-se o possível caminho a ser trilhado em busca da compatibilização, entre situações aparentemente tão antagônicas, quais sejam, de um lado a força do capital internacional e de outro a preservação da identidade nacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
3	MULTICULTURALISMO NO BRASIL.....	18
4	MULTICULTURALISMO NO MUNDO.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
	DOCUMENTOS	40

1 INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século passado, passamos a conviver com um processo de globalização do capitalismo que avança com uma velocidade sem precedentes. Esse processo é viabilizado em grande parte pelas novas tecnologias eletro-eletrônicas e informacionais. Convivemos, ainda, com formas de exclusões sociais, raciais ou étnicas, de gênero e de classe, que ampliam-se em uma escala também sem precedentes.

Esse movimento de interligação entre a globalização da economia e a ampliação dessas exclusões ou desigualdades, vem trazendo conseqüências para a vida das nações e atinge a todas as áreas de qualquer país, também no aspecto cultural.

Muito tem-se discutido, principalmente nos dias correntes, sobre os efeitos – positivos e negativos – da globalização sobre as culturas nacionais, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e culturais, sobretudo nos países em desenvolvimento ou não-desenvolvidos, ou de industrialização tardia.

Entendem alguns que a globalização é altamente perniciosa a tais países quanto à sua soberania nacional, sua organização social, e muito particularmente, sua cultura, nas suas várias manifestações. Para esses, a globalização tem provocado nos diversos países não-desenvolvidos do mundo a descaracterização da cultura nacional. Aos poucos, esses países vêm perdendo a sua memória e sua cultura vai sendo lentamente destruída.

Outros entendem que o fenômeno globalizante não traz maiores conseqüências no que se refere aos aspectos culturais, provocando evidentemente alterações, como de resto qualquer contato de determinada cultura com o mundo

exterior provoca, mas sem, no entanto, aniquilar ou contaminar a cultura nacional, mesmo nos países em que há o predomínio de uma cultura sobre as outras.

Assim, o objetivo geral desse trabalho busca abordar os aspectos mais significativos do processo de globalização econômica e suas relações com a cultura nacional, bem como, discutir e dimensionar o seu alcance.

Este estudo representa, na realidade, um desdobramento da minha pesquisa que foi desenvolvida para a monografia do curso de graduação e divide-se em duas partes. Na primeira, conceitua-se a globalização econômica e como o seu processo vem ocorrendo, ao longo do tempo. Procura-se, portanto, investigar se a idéia da globalização econômica corresponde, efetivamente, a uma homogeneização cultural. Na segunda parte, procura-se analisar qual o papel que a escola desempenha na preservação, ou não, da cultural nacional, preocupação constante daqueles que lidam com a Educação.

Espero, desta forma, contribuir para um correto posicionamento dos profissionais da educação frente a tão instigante fenômeno e frente as formas insidiosas de discriminação étnica nos diferentes processos pedagógicos.

Essa pesquisa propõe-se como qualitativa, uma vez que nela não será conferido um tratamento estatístico aos dados.

As técnicas de coleta de dados empregadas nessa pesquisa foram a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo.

Por pesquisa bibliográfica entende-se aquele procedimento de coleta de dados que constitui-se como um exame acurado, principalmente de livros científicos, incluindo-se ainda os exames a dicionários, enciclopédias, anuários, publicações periódicas (jornais e revistas) e impressos diversos. Portanto, consultei fontes bibliográficas, onde o levantamento de dados foi procedido em livros de referência,

publicações avulsas, revistas e procurou dar ênfase aos problemas acima descritos.

Já a análise de conteúdo, quando aplicada à análise de obras, permite ao pesquisador decodificar linguagens, além de possibilitar-lhe a elaboração de uma crítica objetiva do material em análise. Ao final desse processo, o pesquisador estará apto a extrair os sentidos e significações que estavam latentes ou explícitos em suas fontes.

Esse estudo é de fundamental relevância, pois há uma necessidade, quer pelo lado social, quer pelo lado pedagógico, que o profissional da área de educação busque encontrar meios e soluções que possam contrabalançar o problema dessa globalização econômica excludente e dos processos educativos etnocêntricos que não estão fundamentados no direito à diferença.

2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A idéia da globalização econômica está cada vez mais presente em todos os cantos do mundo, aparece nos acontecimentos relativos a tudo o que é internacional, transnacional e mundial. Sob vários aspectos, essa globalização confere novos significados a indivíduos, sociedade, modos de vida, formas de cultura e etnia.

Entendida como o conjunto das transformações na ordem política e econômica mundial, a globalização tem como ponto central de mudança a integração dos mercados numa verdadeira “aldeia global”, explorada pelas grandes corporações transnacionais. Quando Marshall MacLuhan (s/d) criou o conceito de “aldeia global”, ao observar um mundo cada vez mais intercomunicante, mais submetido aos centros controladores da mídia impressa e eletro-eletrônica, não sabia que em apenas quatro décadas a humanidade passaria por transformações tão profundas e radicais.

Vive-se atualmente, os tempos de debates e controvérsias sobre o significado e o impacto dessa chamada globalização nas nossas vidas e já são muitas as teorias empenhadas em esclarecer suas condições e seus significados.

Escreve, neste sentido, Octavio Ianni (1997, p.15):

“O problema da globalização em suas implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas, pode ser colocado de modo inovador, propriamente heurístico, se aceitamos refletir sobre algumas metáforas produzidas precisamente pela reflexão e imaginação desafiadas pela globalização. Na época da globalização, o mundo começou a ser taquigrafado como “aldeia global”, “fábrica global”, “terra-pátria”, “nave espacial”, “nova babel” e outras expressões. São metáforas razoavelmente originais, suscitando significados e implicações. Povoam textos científicos, filosóficos e artísticos.”

Cada uma dessas teorias apontam problemas inegavelmente importantes, com diversas análises que contemplam as controvérsias sobre modernidade e pós-modernidade.

O chamado “papa” da comunicação MacLuhan, cunhou a expressão “aldeia global” que sugere que as diferenças econômicas e lingüísticas desaparecerão no futuro e que todos os habitantes da terra tenderão a estar reunidos sob um mesmo tipo de comando e de governo, sob uma mesma língua, sob um mesmo modelo econômico e político, graças à crescente penetração dos meios de comunicação, de informação, agilizados pela eletrônica.

É de se ressaltar que quando MacLuhan formulou sua teoria, ele sequer imaginava a “explosão” futura dos computadores pessoais e a rede mundial de troca de informações, a *internet*.

A “fábrica global” sugere que toda a produção mundial seria comandada por um único e grande “fabricante” que determinaria o que seria produzido, como seria produzido, como se, metaforicamente, a terra se transformasse num único e imenso edifício dedicado à produção.

Dentro dessa linha de raciocínio, esse grande fabricante, teria que, obviamente, se assenhorar de todos os meios de produção existentes, dominando o mercado mundial através da utilização dos meios de comunicação, da publicidade, da interpenetração lingüística e do domínio das técnicas e métodos de trabalho. Assim, a humanidade no futuro seria economicamente dominada por esse grande “fabricante” que determinaria o comportamento social, moral e ético.

Octavio Ianni no seu livro “Teorias da Globalização” comenta ainda a metáfora da “torre de babel” que em linhas gerais procura explicar que o mundo atual, com as suas diversas civilizações, línguas, culturas, credos, entre outros,

tende a ser globalizado através da introdução contínua e crescente da língua inglesa que está presente em filmes, na linguagem dos computadores, nas decisões dos países mais ricos, na imprensa e na eletrônica.

Esses e outros emblemas da globalização procuram demonstrar quais são os traços fundamentais dos movimentos da sociedade global. São diversas faces, diversas “caras” que procuram demonstrar, cada uma com seu enfoque particular, quais são os movimentos que as sociedades mundiais realizam e quais seriam os seus caminhos futuros. Mostram que a idéia da globalização está presente na vida social, assim como nas produções intelectuais e que ressoa em toda reflexão sobre capitalismo, socialismo, ocidente, oriente, modernidade e pós-modernidade.

O mundo atual convive com duas correntes econômico-político-filosóficas que são antagônicas, quais sejam: o capitalismo e o socialismo. O capitalismo traz em si o conceito automático de lucro. Alguém se assenhora dos meios de produção, aluga a força de trabalho, produz e vende com um acréscimo que é o lucro. Em contraponto, o socialismo entende que a matéria-prima e os meios de produção, são comuns a todos os habitantes do planeta; assim, tudo o que é produzido pertence a todos e entre eles deve ser igualmente distribuído.

Da convergência dessas duas correntes, nasce a grande polêmica atual sobre os efeitos benéficos ou deletérios dessa globalização, quais os benefícios, quais os malefícios, como a sociedade moderna irá se posicionar frente a esse fenômeno atual.

Ao que tudo indica a aplicação do socialismo, principalmente no Leste Europeu não produziu os resultados preconizados pelos grandes teóricos socialistas como Marx e Engels permitindo assim que o capitalismo se expandisse e penetrasse

até mesmo nesses países socialistas.

Algumas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que estavam florescendo desde o início do século, intensificaram-se principalmente após a Segunda Guerra Mundial culminando com as reformas iniciadas por Gorbachev na Rússia e a queda do Muro de Berlim, na Alemanha. Esses acontecimentos revelaram a crise dos regimes socialistas da Europa e o quanto essas crises propiciaram a expansão do capitalismo naqueles países.

Em todos os países socialistas europeus, as políticas econômicas adotadas deram prioridade às tarefas que a Revolução Industrial, capitalista, não havia cumprido. Contudo, por diversas razões históricas, culturais, raciais, essas sociedades foram incapazes de estabelecer um sistema socialista eficiente comparável ao sistema capitalista global do qual haviam se distanciado.

À propósito disso, discorre Ianni (1997, p.33):

“Talvez se devesse dizer que terminou um ciclo particularmente importante de lutas e classes, em escala nacional e internacional. Mas não terminaram as desigualdades, tensões e contradições que estavam e continuam a estar na base da vida das nações e continentes. Esse pode ser apenas um ponto de inflexão histórica, assinalando o fim de um ciclo e o começo de outro. O ciclo que termina está parcialmente conhecido. O que se inicia pode ser imaginado. Mas seria ilusório pensar que o passado recente não alimenta o presente, sugerindo outro futuro. Ocorre que é precisamente ao longo desse ciclo que se encerra, que se formam alguns dos traços mais característicos da sociedade global em emergência, com as suas articulações e tensões, contradições e perspectivas.”

Hoje, em lugar de um mundo dividido entre capitalismo e socialismo, há um mundo capitalista, com diversas facetas e impregnado de experimentos socialistas.

O capitalismo atinge, então, uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas articulando regiões e nações, países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo.

Decorrente da crise do socialismo, a internacionalização do capital, fenômeno que se acelerou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial aprofundou-se, espalhando-se pelos mais diversos países e continentes, transformando-se no fenômeno que modernamente denomina-se globalização.

A globalização econômica portanto, é fundamentalmente a internacionalização do capital levada a seu grau máximo. Já não se distingue mais qual é o país que é a sede de tal e qual indústria, eliminando, portanto, as fronteiras físicas e geográficas tradicionais, existentes entre países.

Esse fenômeno da globalização, em que pesem os seus diversos aspectos positivos (integração de populações afastadas a novas mercadorias e conseqüente disseminação de conhecimento científico e técnico, etc) trouxe, entre outros aspectos negativos, um processo de exclusão da força de trabalho, principalmente dos países do chamado terceiro mundo.

As inovações tecnológicas, experimentadas pela indústria, como por exemplo a robotização, trouxeram em contrapartida, um aumento do nível de desemprego desses países, decorrentes também do enfrentamento da necessidade da elevação do lucro, dentro do que se denomina neoliberalismo.

Vale a pena mencionar o que descreve Octavio Ianni (1997, p.50-51):

“Mais do que nunca, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais estão lançadas em escala mundial. O mesmo processo de globalização, com o que se desenvolve a interdependência, a integração e a dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades, tensões e antagonismos. O mesmo processo de globalização, que debilita o Estado-Nação, ou redefine as condições de sua soberania, provoca o desenvolvimento de diversidades, desigualdades e contradições, em escala nacional e mundial.”

Nesse sentido, a formação da sociedade global modifica substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, sentir, pensar e imaginar. Como também, modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, sociedades e continentes. A característica fundamental da sociedade capitalista, como já abordada, é produzir para acumular, concentrar e centralizar capital. Não são portanto, as necessidades humanas sua prioridade.

Esse processo de centralização do lucro necessariamente passa pela exclusão dos concorrentes e a exploração dos trabalhadores – via incremento tecnológico – então, esse sistema tende a crises mais profundas, isto porque nessas circunstâncias a crise se dará, não pela escassez de mercadorias, mais sim pela sua superprodução.

Dentro desse quadro, a busca da recomposição do lucro pelo capital que já era internacionalizado, dá-se basicamente, mediante a globalização do mercado. Assim, o capital rompe as fronteiras das nações e constitui-se num poder global, acima do poder político, ideológico ou social. Tal fenômeno traz em si uma clara

contradição, bem explicitada por Gaudêncio Frigotto (*In Escola S.A*, Gentili e Junior, 1996, p. 76):

“Como entender e explicar que nunca a humanidade teve em suas mãos tanta capacidade científica e técnica para satisfazer as necessidades humanas e diminuir o tempo de trabalho necessário à subsistência, ampliando assim o tempo livre, isto é, tempo de fruição, de gozo, de lazer, de lúdico e, perversamente, chegamos ao fim deste século com dois terços da humanidade excluídos e sem atenderem sequer às mínimas necessidades biológicas, construindo um tempo aprisionado e de sofrimento do desemprego, subemprego?”

Para esses dois terços da humanidade não conseguimos enxergar um futuro, uma vez que o mercado os exclui e não lhes garante direitos como o de sobrevivência, emprego, saúde e educação e que tudo tende a organizar-se com base na razão instrumental, técnica, no princípio da produtividade, da lucratividade, da quantidade, da acumulação.

Propriamente a educação está sendo afetada por todo esse processo, visto que deixa de ser um direito e que está sendo levada para a área dos serviços e portanto, passando a ser entendida como comércio. A qualidade da educação passa a ser definida como competência e excelência, cujo critério é o atendimento às necessidades de modernização da economia retroagindo-se assim, a um individualismo centrado na ideologia da competência e da qualidade para poucos e ainda como bem coloca Frigotto, a subordinação da educação à lógica do mercado, acaba resultando em concepções e práticas dualistas, fragmentárias e profundamente etnocêntricas.

“É importante reafirmar que não se trata de negar o avanço científico e tecnológico e nem os processos de globalização democráticos. Trata-se de entender que o ser humano não se forma, não se produz, não se educa, a não ser limitadamente, dentro de um industrialismo excludente e inorgânico. Em termos gramscianos, trata-se de construir um industrialismo de novo tipo, orgânico, e cujo objetivo seja responder às múltiplas necessidades humanas. Não se pode criar uma escola e processo formativos de qualidade e democráticos numa sociedade profundamente excludente, desigual e, portanto, antidemocrática.” (Gaudêncio Frigotto, *In Escola S.A.*, Gentili e Silva, 1996, p.94).

A tarefa da educação, calcada em moldes democráticos, é valorizar a igualdade, a qualidade para todos, o respeito mútuo, a solidariedade. É criar espaço de formação de consciências críticas e participantes do processo de transformação social, com a concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar e que todas têm o direito à vida digna que pressupõe saúde, educação, habitação, emprego, lazer.

Ainda, através de processos educativos eficazes que possam trazer conhecimento científico e técnico às populações excluídas é que haverá a possibilidade de se integrar essa parcela da humanidade a um padrão de vida digna, cidadã.

3 MULTICULTURALISMO NO BRASIL

Vimos no capítulo anterior que a globalização não é um fenômeno novo, que já ocorreu algumas vezes na história do capitalismo e que hoje, mais do que nunca, esse processo atinge a vida das nações. Globalizam-se as economias, criando interdependência entre países do Primeiro Mundo e aprofundando a dependência e subordinação dos do Terceiro Mundo, graças ao fortalecimento de empresas multinacionais e transnacionais, e do poder de decisão de organizações e bancos internacionais.

A globalização é um fenômeno econômico, mas também é sentida no aspecto cultural de uma nação, isto porque os fantásticos avanços dos meios de comunicação, principalmente as redes de televisão e a *internet*, a interligação do comércio mundial, das finanças internacionais, trazidas pelas grandes multinacionais, influi de imediato e sobremaneira sob a cultura local.

Que a globalização tende a influenciar a cultura local não se pode negar, porém, um dos mitos criados pela ideologia dessa globalização é o do fim dos Estados-Nação, é o mito de que a cultura local não só é invadida, mas também “asfixiada” pelas idéias que são trazidas pelos meios de comunicação já apontados, tendendo a se descaracterizar, gerando novas identidades e promovendo a padronização e homogeneização culturais.

A questão que vem à tona então, é de que o processo de globalização não tem força para nivelar tudo ou apagar as especificidades culturais e étnicas, mesmo nos países em que há o problema da convivência não cordial entre os diferentes grupos étnicos e culturais, como o caso do Brasil. Nesses casos a

tendência é que o sentimento de nacionalismo fique mais exarcebado.

Escreve, neste sentido, Gonçalves (1999, p.38):

“Há uma tendência mundial de se incorporar um “novo nacionalismo”, que combinaria o máximo de autonomia dentro do Estado no qual os diferentes grupos étnicos e culturais sejam incorporados, ou seja, uma tendência à integração, não à secessão.”

A globalização, então, articula e envolve diferentes pessoas, coisas e idéias em escala mundial, mas na medida em que se aceleram os processos econômicos, sociais e políticos, ocorrem também ressurgências de identidades, de localismos, de nacionalismo.

Graças às contradições internas do capitalismo, os valores humanos universais, tais como a liberdade, a igualdade, diversidade, que se opõem à desumanização intrínseca do capitalismo, ensejam reações mundo afora. Surge um movimento global de reafirmação de humanidade e identidade das etnias e nações, uma espécie de contra-ideologia à indiferença dos países do Primeiro Mundo.

Os particularismos e regionalismos típicos das organizações sociais modernas, que são cada vez mais visíveis apesar da mundialização da cultura, expressam essas tendências, mas a articulação entre o uno e o diverso não pode ser entendida de maneira harmoniosa, posto que esta envolve relações de poder, lutas por afirmação de identidades, numa configuração que desenha uma hierarquização entre uma cultura superior e as outras.

O Brasil é um país multicultural, um país onde durante quase cinco séculos convergiram grupos étnicos. Em função desta conjunção interétnica, realizou-se aqui, um processo de relações sociais assimétricas, de exploração e

desculturação, que resultou numa hierarquização das identidades culturais.

Os grupos étnicos submetidos durante a colonização foram numerosos e possuíam sistemas societário, econômicos e culturais próprios. Foi o sistema de acumulação capitalista, a difundida ideologia da superioridade da raça branca, o eurocentrismo, que definiu a hegemonia dos valores culturais europeus e estabeleceu, através de aparelhos ideológicos e repressivos, o caminho da desculturação, o qual, por sua vez, com os devidos ajustamentos à configuração da sociedade multicultural e de classe, permanece até nossos dias.

A esse respeito, Clóvis Moura (1988, p.47) escreve:

“Elide-se, assim, a escala de valores que a estrutura de dominação e o seu aparelho ideológico impuseram para discriminar grande parte da população não-branca. Essa elite de poder que se auto-identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já foi dito, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro”.

Essa “escala de valores” que vê no branco o modelo superior e no negro o inferior, não condiciona a população brasileira a um relacionamento democrático e igualitário. Cria-se, assim, através de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica de grandes segmentos populacionais não-brancos. Eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes. “A identidade e consciência

étnicas são, então, escamoteadas pela grande maioria dos brasileiros ao se auto-analisarem, procurando elementos de identificação com os símbolos étnicos da camada branca dominante” (Moura, 1988, p.62).

Apesar da diversidade cultural existente em nosso país, este ainda não realizou sua multiculturalidade nos planos econômico, político e sócio-cultural e ainda caracteriza-se pelo etnocentrismo e hegemonia de uma etnia ou cultura.

Na história do Brasil, desde a Independência no ano de 1822, a questão da relação entre as raças formadoras do nosso povo, passa a ser considerada uma pré-condição para o entendimento da constituição do nosso país como nação. No final do século XIX foi criada a “fábula das três raças” que permanece viva até hoje e que mostra que o povo brasileiro é fruto da união do branco, do negro e do índio. Sendo assim, a cultura e a identidade nacional são construídas a partir do triângulo das raças, uma visão que tornou-se hegemônica, e que permite visualizar nossa sociedade como algo singular, onde o encontro entre as “raças” se dá de maneira harmônica. Porém, a nossa fábula tem encoberto uma sociedade hierarquizada, uma sociedade onde ainda predominam as desigualdades raciais, mas que se vê como uma democracia racial.

“No Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial. Tal mentalidade, se pensarmos bem, é tão perigosa quanto aquela que é assumida, declarada. O racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vem. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários quanto nas democracias”
(Carneiro, 1996, p. 7).

Esse mito da democracia racial é mais um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança ou prestígio quer social, cultural ou econômico. Portanto, não convém à maioria branca mudar tal situação

de fato e apontar os verdadeiros interesses mantidos por trás da constante marginalização do negro, mulato ou indígena.

É irreal a igualdade das raças no Brasil, no entanto é essa a idéia vendida, é esse o discurso que busca aliviar uma tensão entre o real e o imaginário. O objetivo do mito da democracia racial é esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma idéia inocente da sociedade, porém subexiste uma hierarquização, uma classificação.

Essa classificação envolve diferentes manifestações de racismo, que segundo Bernd (1994) “em sentido amplo, refere-se não somente a traços biológicos, mas a outras diferenças que são igualmente desvalorizadas pelos grupos hegemônicos”.

O racismo na sociedade brasileira é tão implícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem racistas. Ninguém se reconhece racista porque ninguém se preocupa em conhecer o que é o racismo e quais suas formas de elaborada sutileza.

Na verdade, isso que chamamos de “racismo em sentido lato” nada mais é do que a manifestação de diferentes formas de aversão ao outro pelos mais variados motivos.

As relações raciais oriundas do passado, e ainda infiltradas de preconceitos no presente, ofuscam a percepção da realidade étnica nacional. Deixa-se assim de admitir, por não se querer perceber, tanto nas expressões culturais como na aparência física, que a singularidade do brasileiro é a miscigenação racial.

Os negros nem sempre têm permanecido passivos ante os mais diversos tipos de violência a que são submetidos.

"O projeto homogeneizador e hegemônico da democracia racial não impediu o surgimento de outras vozes denunciando as desigualdades raciais, como a Frente Negra Brasileira, criada em 1931. Esta, como tantas outras organizações que surgiram posteriormente em diferentes momentos da nossa história, visava combater o preconceito e a discriminação contra o negro e o indígena, denunciando a aparente homogeneidade do povo brasileiro." (Gonçalves, 1999, p. 26)

A Frente Negra Brasileira durou até 1937, tinha por objetivo integrar o negro à estrutura de classes e pretendia garantir que o negro fosse bem aceito na sociedade.

Apesar de diversos discursos acadêmicos que revelaram e ainda revelam as desigualdades entre os grupos étnicos brasileiros, o que percebemos é que o paradigma das três raças ainda está vivo no imaginário social do país.

É fácil perceber que de norte a sul e de leste a oeste as misturas de povos no Brasil têm composições diferentes, começaram em épocas diferentes e produziram descendentes diferentes. É fácil perceber que o Brasil é dos brancos, dos negros, dos índios e dos imigrantes. Apesar disso, as culturas não se respeitam a ponto de haver uma hierarquização entre elas.

O brasileiro é mesclado no corpo e no espírito, no ser e no fazer, na aparência e na cultura. Sua singularidade é a heterogeneidade e sua identidade é a mescla.

A sociedade multicultural a ser consolidada a partir da rejeição dos comportamentos etnocêntricos, racistas, só existirá num ambiente pluralista, num ambiente que não privilegie uma etnia em detrimento das outras.

Para tanto precisamos descartar o etnocentrismo e afirmar o multiculturalismo como a coexistência e convivência pacífica e cidadã das etnias,

culturas, gêneros e grupos diversos em respeito mútuo, com liberdade de escolha de sua identidade cultural, sem imposições, hegemonias ou dominações.

4 MULTICULTURALISMO NO MUNDO

Como o Brasil que criou a sua fábula das três raças, outras nações criaram seus mitos formadores.

O mito de origem do México, por exemplo, centralizou-se na exaltação da cultura indígena pré-colombiana e na exclusão da cultura dos espanhóis, dos negros, dos alemães, dos chineses e dos árabes, construindo, assim, uma cultura de base indígena “pura” e unificada.

Nos Estados Unidos, apesar da presença dos brancos, negros e indígenas, não há uma escala entre esses elementos étnicos, e no lugar do triângulo das três raças do Brasil, encontramos um modelo onde os elementos étnicos são apresentados como realidades individuais, isoladas, um modelo dualista que separa a população em brancos e não-brancos. Esse mito prioriza ingleses puritanos como fundadores da nação.

Naquele país são considerados negros os que possuem na história da sua família qualquer mistura com o grupo negro. O racismo lá não é camuflado, pelo contrário, é declarado. Uma pessoa racista não tem vergonha de dizê-lo. Isso, de certa forma, acaba até beneficiando os negros, pois eles percebem mais facilmente a discriminação e podem organizar-se para combatê-la. Não é por acaso que foi nos Estados Unidos que surgiram as principais organizações hoje existentes.

Apesar da diversidade cultural de centenas de países pelo mundo, muitos ainda encontram-se marcados pelo etnocentrismo e hegemonia de uma etnia ou cultura, maioria na população como Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Japão e tantos outros. Em países mestiços como Brasil, México e Peru, minorias

brancas são etnocêntricas e hegemônicas. Etnias da mesma raça convivem dividindo o poder na Suíça, Bélgica, Canadá e muitos outros.

Embora reconhecido como fundamental na formação da identidade étnica nacional, não se pode negar que, no âmbito das nações pluriétnicas, o conceito “multicultural” se transformou em uma espécie de ideologia, conhecida pela expressão “multiculturalismo”. Esse então, reflete os determinantes históricos de cada Estado nacional.

Muitas são as conceituações de multiculturalismo e esse se estrutura de maneira diversificada e dependente do tipo de sociedade no qual se apresenta e de seu contexto sócio-histórico. Sendo assim, ele não se apresenta da mesma maneira em sociedades européias como a Espanha e Holanda e em sociedades com um passado escravista como Estados Unidos e o Brasil.

A descoberta das Américas, as navegações para as Índias, a colonização da África, além das mudanças sociais e econômicas ocorridas na Europa, à época, criaram as condições apropriadas para o desenvolvimento de uma ideologia sobre preconceitos de raça e de cor.

Durante as décadas de 1850 e 1870 as idéias de raça e racismo se consolidaram na Europa. A partir dessa época, generalizou-se a crença de que certos povos, por questão de raça, não tinham a capacidade para progredir como outros, e os europeus passaram a reconhecer grandes diferenças entre os brancos e as outras raças.

No trabalho “A Origem da Espécie”, Darwin (1859) não apenas afetava a crença na origem separada de cada espécie, mas também admitia que as raças não eram permanentes e podiam mudar com o tempo.

Não tardou, porém, que os acadêmicos, governantes e elites recriassem o

darwinismo social, admitindo que o preconceito racial favorecia a evolução. Racistas, consideravam o branco como superior ao índio e negro e condenavam a mestiçagem como degeneradora das raças civilizadas.

A Europa foi o berço das idéias racistas, e uma vez implantado pelos colonizadores o complexo de inferioridade entre os negros, a prática do racismo tornou-se tarefa fácil.

O modelo multicultural holandês pode ser caracterizado como uma forma de mascaramento das diferenças culturais em uma sociedade que é plural e é definido por Philomena Essed (1995) como um mecanismo de reforço das desigualdades através de processos de controle diversificados.

Os mecanismos de controle definidos por Essed são responsáveis por diferenciar os indivíduos que integram ou não a sociedade e que conseqüentemente apresentam as condutas culturalmente aceitáveis ou não. Claro está, que o grupo racial e socialmente dominante é que "estipula" tais comportamentos e se mostram tolerantes com os grupos dominados. Porém, essa tolerância se traduz no ocultamento das relações de dominação e poder exercidas pelos primeiros sobre os segundos.

Os indivíduos que ainda não se encontram completamente assimilados à sociedade são percebidos como os que possuem exemplos de desvio e atraso cultural.

Essa forma de estruturação da sociedade é hierárquica e racista, podendo então considerarmos o multiculturalismo holandês como insuficiente no desempenho de criar mecanismos capazes de confrontar e de desconstruir tais estruturas sociais e como conseqüência permanece nesta sociedade os "resíduos do racismo e do eurocentrismo, historicamente enraizados".

Na Espanha, o multiculturalismo se apresenta ligado a diferentes processos de integração social. Gimeno Sacristán (1995) coloca que sob a perspectiva desse multiculturalismo podem abrigar-se algumas correntes teóricas que normalmente são conflitantes.

Algumas dessas correntes reduzem a idéia da diversidade ao consenso social através do processo de homogeneização cultural, outras correntes procuram mascarar as relações sócio-raciais sob a ótica do relativismo quando postulam que qualquer perspectiva cultural é válida.

O autor mostra que existem correntes que apresentam visões plurais de sociedades mas não abordam a realidade dos grupos culturalmente dominados e ainda aquelas que simplesmente admitem o pluralismo cultural, sem possuir uma visão etnocêntrica da cultura.

Tanto o multiculturalismo holandês como o espanhol mostram as diferentes formas através das quais o controle social é feito, através das quais a diversidade é controlada. Apresentando-se como multiculturalistas tais sociedades buscam promover a homogeneização cultural e acabam reproduzindo as desigualdades.

Diferente dos modelos acima expostos, nos países como Estados Unidos e Brasil, o multiculturalismo passa a incorporar nos seus modelos componentes tais como as relações raciais, as desigualdades, a luta pela cidadania e o papel que o Estado desempenha. Nesses últimos, os sujeitos que lutam pelo respeito à diversidade cultural são os mesmos que construíram as nações onde vivem, e não mostram mais interesse em integrarem-se ao modelo cultural dominante. Sendo assim, esse multiculturalismo não se preocupa apenas com o reconhecimento da diversidade cultural inerente a tais sociedades.

Nos Estados Unidos, o multiculturalismo ganhou corpo no momento em que houve um aumento do nível de escolarização dos negros e deu-se fim ao sistema de segregação nas universidades. A partir de então, os universitários negros passaram a reivindicar mudanças nos programas educacionais visando a valorização de sua memória histórica, social e cultural.

Vale a pena mencionar o que descreve Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (*In* Formação do Educador, Bicudo e Junior, 1996, p.68):

“No caso americano, onde há “fraca” intervenção do Estado, o multiculturalismo, embora tenha se transformado em um poderoso movimento de afirmações étnicas, acabou enrijecendo as relações sociais, recriando guetos culturais e gerando novos conflitos, por vezes sangrentos. Entretanto, ele se institucionaliza surpreendentemente. Após os primeiros manifestos multiculturalistas dos anos 70, na costa oeste dos Estados Unidos, os partidários desse movimento encontraram assento nas universidades de elite, espalhando-se, posteriormente, para o resto daquele país. Hoje, por exemplo, mais de 500 universidades acolhem, em seus departamentos, cursos de especialização e de pós-graduação sobre estudos afro-americanos, a condição feminina, a situação dos hispanos norte-americanos, dos gays, dos nativos americanos (índios) e assim por diante. Enfim, as universidades têm funcionado como agências de formação de docentes-especialistas para atender as demandas socio-educacionais dos grupos culturalmente dominados”.

Naquele país, o multiculturalismo tornou-se um movimento eficaz de afirmação de identidade cultural e racial e a exemplo dele, no Brasil, se caracteriza pelo processo de emancipação social dos grupos culturalmente dominados e pelas lutas desses grupos contra as formas de exclusão e desigualdade social.

Esse multiculturalismo não compreende a diversidade como uma meta, mas argumenta que a diversidade deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social. Para ele, a diferença é sempre produto

da história, cultura, poder e ideologia. A diferença ocorre entre dois grupos e deve ser compreendida em termos das especificidades de sua produção.

Luta pelo reconhecimento dos direitos de todas as raças, etnias e gêneros, pela igualdade e equidade de direito entre os povos, pela cidadania e melhoria da qualidade de vida, pela promoção da identidade cultural. Enfim, pela realização da multiculturalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos até aqui, que o processo de globalização econômica é algo inevitável, que ocorre simultaneamente no mundo todo e que atinge a todas as áreas de qualquer país.

A questão central que foi discutida é se esse processo, que influencia a nossa cultura local, pressupõe uma homogeneização cultural. No decorrer da pesquisa foi mostrado que não. Foi mostrado que o processo de globalização econômica não consegue, por si só, descaracterizar a cultura nacional e influenciar sobremaneira as tradições e raízes culturais.

Assim, a tendência é que ocorram os particularismos e regionalismos, bem como as lutas por afirmação de identidades, que passam a ser cada vez mais visíveis nas sociedades e que precisam ser entendidos como historicamente construídos.

Nesse contexto, o papel da escola é fundamental porque vai atuando na formação da cultura particular, da cultura local. A escola é, por assim dizer, a legitimadora da tradição nacional da cultura, das crenças e da arte. Ela cumpre o importante papel de grande guardiã da cultura nacional.

Já nas primeiras décadas do século XX, a escola tinha como tarefa transmitir uma “memória nacional”, que era construída pelas práticas educacionais das festas comemorativas de eventos ou de homenagens aos “heróis nacionais” e veiculadas pelos diversos programas de ensino do poder governamental.

As atividades programadas para a escola oficial englobavam as comemorações relacionadas às “datas nacionais”, as “festas cívicas”, os hinos pátrios e os rituais para hasteamento da bandeira nacional que se encarregavam de

reiterar os valores e princípios da “unidade nacional” contida nos projetos educacionais.

No sentido de legitimar os vários “nacionalismos” surgidos a partir do século XIX, a escola era vista como a instituição fundamental para formar o cidadão, possuindo tarefas específicas e atividades pedagógicas ligadas ao civismo e a construção das tradições nacionais.

O regime republicano no Brasil restringiu o direito de voto aos alfabetizados, colocando nas mãos da escola a responsabilidade por formar os futuros eleitores. À medida que a concepção de cidadania não se restringia somente ao direito político e que os trabalhadores buscavam seus direitos sociais, a educação escolar passa a ter que completar a formação do cidadão brasileiro e lhes apresentar seus direitos e deveres, desmascarando, portanto, as desigualdades da sociedade brasileira.

A luta pela ampliação dos direitos das classes populares começa a ocorrer em vários espaços e diante dos confrontos sociais e políticos, os grupos no poder necessitaram das “tradições inventadas”, no dizer de Hobsbawm, para reintroduzir o sentido de superioridade e inculcar um conteúdo baseado nos feitos das “elites”, únicos agentes que mereciam figurar no rol dos construtores da nação.

Parte-se, então, para a busca da transmissão concreta de valores como “amor à Pátria”, utilizando-se de rituais referentes aos símbolos da Pátria expressos pela Bandeira Nacional, Hino Nacional e as Armas Nacionais, que, por si só, já revelavam todo o passado, pensamento e cultura de uma nação.

O ritual em homenagem à Pátria consistia em produzir junto aos alunos atitudes sacralizadas, fazendo com que ficassem em forma de culto diante do hasteamento da bandeira e do hino nacional.

O maior divulgador do civismo patriótico da época foi Olavo Bilac, autor do Hino à Bandeira, que dedicou-se, nos últimos anos de sua vida, à difusão do “espírito nacionalista”, denunciando a ausência de patriotismo como fonte principal dos males do país e defendendo a prática do escotismo, associada à formação moral e física necessária à construção da pátria.

As autoridades educacionais, inspiradas por Olavo Bilac, renovaram seus pressupostos no decorrer dos anos vinte e trinta. Suas obras foram adotadas em caráter obrigatório nas escolas primárias e o culto à bandeira, acompanhado do hino nacional, tornou-se parte integrante do conteúdo das escolas, sendo pouco a pouco, incorporado por professores e pelos próprios alunos.

Algumas divergências ocorreram, mas referiram-se às comemorações das “datas nacionais”, referiram-se à seleção dos “acontecimentos históricos” que mereciam transformar-se em “tradições nacionais” e estabeleceu-se que a história, enquanto disciplina escolar, precisava apresentar como conteúdo introdutório o estudo dos grandes “personagens históricos” e serviria para criar e legitimar várias imagens de passado, as diferentes “tradições”, os construtores da nação.

Os republicanos brasileiros, ao inventarem as tradições oficiais, preferiram o “culto aos Fundadores do País”, porém faltava identificar tais fundadores.

Para Rocha Pombo a nação se originou em 1822, sendo a independência o fato mais notável da nossa história e José Bonifácio o fundador da pátria. Assim, praticamente foi ignorada a figura de D. Pedro I.

Percebe-se aí, o incentivo à superioridade das elites, uma vez que, Bonifácio representava um homem culto e educado na Europa, portanto, um homem da elite.

Já Afrânio Peixoto não identificava no passado nenhum representante da

fundação do país, porém, citava a ação de vários políticos.

Para os republicanos, a comemoração do 7 de setembro indicava o momento da “conquista da liberdade”, e a construção de monumentos e estátuas era necessário para consolidar as “tradições nacionais”.

A República era comemorada no dia 15 de novembro, consolidando-se como símbolo das tradições republicanas, assim como o Tiradentes, em 21 de abril, com a preocupação de associar república e liberdade.

Reforçando ainda a idéia da “tradição republicana” várias obras didáticas traziam um capítulo específico sobre a Revolução de 1817 e seus mártires republicanos.

Com a obra “A Pátria Brasileira”, Olavo Bilac e Coelho Netto destacaram, na construção da nação, os donos das capitâneas hereditárias que travaram lutas com os índios. Em meio a essas lutas, surgem os bandeirantes que dominaram o interior; Duque de Caxias que mantivera a união da pátria e o gaúcho representando a Guerra dos Farrapos.

Os livros didáticos escritos em meados da década de trinta tendiam a incluir os feitos dos militares, ressaltando a figura do soldado, legitimando portanto, Duque de Caxias, o grande herói da Guerra do Paraguai.

Quanto a tradição dos bandeirantes, esta tomava importância à medida em que os discursos políticos paulistas determinavam que São Paulo era o foco do progresso. Mesmo não tendo comemorações com data específica, tal tradição era lembrada nas festividades nacionais.

Foram incorporadas ainda as “tradições católicas”, aí incluída a data da comemoração do Brasil, o 3 de maio, que refere-se ao dia em que foi, aqui, celebrada a primeira missa pelo frei Henrique de Coimbra.

Ficaram assim, estabelecidas as “datas nacionais” que foram oficialmente incorporadas ao calendário escolar e que lembram os grandes feitos de civismo e amor à Pátria, ajudando, portanto, a perpetuar nos brasileiros a cultura nacional, o que pode ser verificado até os dias de hoje.

Porém, cabe aqui salientar que a maioria das “datas nacionais” então estabelecidas expressam as intenções de inculcar o ideário da “superioridade das elites”.

O primeiro de maio, segundo Hobsbawn, foi sendo incorporado com reservas às comemorações escolares. As autoridades mudaram o dia do trabalhador para o dia do trabalho e as mortes, as greves e as lutas dos trabalhadores que acompanharam o processo foram “esquecidas” pela história.

A história enquanto preocupação em registrar os acontecimentos idos para as gerações presentes se constitui como uma ciência no século XIX. Até então, o discurso histórico era encarado como gênero literário, conhecimento imutável transmitido de maneira descritiva e sem maiores interpretações. Desde então, o estudo histórico desenvolveria seu próprio discurso e começaria a se legitimar como ciência.

Pela história, procurou-se disseminar na sociedade a idéia de um passado comum. Para tanto utilizou-se, entre outros processos, da universalização dos sistemas escolares para que fossem disseminados os valores da pátria, nacionalismo e unificação das tradições que, em realidade, jamais compuseram um conjunto tão harmônico quanto se supunha. Percebemos, assim, que mesmo se constituindo em uma ciência, nem por isto a história está imune às influências políticas e ideológicas de seu tempo.

Por sua vez, os livros didáticos, na sua grande maioria, possuem uma

forma idealizada de mostrar a realidade. Passam a idéia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com algo, como, por exemplo, o negro com o carnaval, o índio com sua valentia, o imigrante com sua tenacidade. Camuflando o preconceito, deixa-se de lutar contra ele.

É tarefa da escola como um todo, estar atenta aos materiais didáticos e dar atenção ao modo como é tratada a diversidade, que deve trazer sempre uma base de respeito ao outro e às qualidades do ser humano. Nisso, deve-se incluir o repúdio a materiais e práticas que possuam preconceitos, discriminações e que contenham ideologias que venham a inferiorizar classes, etnias, grupos e indivíduos.

Chegando ao término desta pesquisa, podemos perceber que a globalização econômica até tende a homogeneizar a cultura, mas não consegue, e em contrapartida surgem os particularismos na nossa sociedade, a exarcebação do sentimento de nacionalismo, intensificado pela atuação da escola ao assegurar a manutenção da memória nacional, no cumprimento do papel de preservar e legitimar a cultura do nosso país, a nossa cultura local.

O grande desafio que se coloca para a escola é o de investir na valorização da trajetória particular de todos os grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, ela deve ser espaço de diálogo, de troca, de aprender a conviver, de interação, de vivenciar a própria cultura e respeitar as diferentes formas de expressão cultural.

A escola pode e deve ser um espaço de formação de consciências críticas e participantes do processo de transformação social e espera-se dela, que tenha um comportamento não só de aceitação do outro, mas um verdadeiro e educativo estímulo para buscar e captar, neste contato, o conhecimento do outro, do seu referencial, como uma nova forma de ver, entender e explicar o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL 97. 23^a. ed. São Paulo: Abril, 1997. 833p.

BERN, Zilá. Racismo e anti-racismo. 2^a ed. São Paulo: Moderna, 1994. 61p.
(Coleção polêmica)

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani e JUNIOR, Celestino Alves da Silva (orgs.).
Formação do educador: dever do estado, tarefa da universidade. São Paulo:
UNESP, 1996.

BILAC, Olavo, NETTO, Coelho. A pátria brasileira. Rio de Janeiro: Livraria
Francisco Alves, 1939.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na história do Brasil: mito e realidade.
São Paulo: Ática, 1996. 64p. (História em movimento)

ESSED, Philomena. Por trás da fachada holandesa: multiculturalismo e negação
do racismo nos Países Baixos. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 1995.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e movimentos sociais. São Paulo:
MOVER/NUP, 1998. 43p.

GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito. São
Paulo: Cortez, 1981.

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomas Tadeu T. de. Escola S.A.. Brasília: CNTE, 1996.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende (org.). Educação e Cultura: pensando em cidadania. Rio de Janeiro: Quarte, 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminações e desigualdades sociais no Brasil. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979. 302p. Tradução de: Patrick Burglin

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Raças e classes sociais no Brasil. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 248p.

MAAR, Wolfgang Leo. Globalização: mito e realidade. FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 07 de agosto de 1995.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo Crítico. São Paulo: Cortez, 1996. 159p. (Instituto Paulo Freire).

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988. 250p.
(Séries Fundamentos)

MOTTA, Sérgio Pompelano da. Estado-nação e a globalização. O GLOBO, Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1996.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.). Relações raciais e educação: discussões contemporâneas. Niterói: Intertexto, 2000. 100p. (Cadernos PENESB)

PINSKY, Jaime (org.). O ensino de história e a criação do fato. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção repensando o ensino)

POMBO, Rocha. Nossa pátria. 79ª ed. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s.d.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, MOREIRA, Antônio Flávio (org.). O currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 82p. (Coleção primeiros passos)

TRINDADE, Azoilda L. da, SANTOS, Rafael dos (orgs.). Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DOCUMENTOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS.

Globalização: desafios à democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1996. 44p. (Boletim perspectivas globais)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília:
MEC/SEF, 1997. V.10



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS -
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

AValiação de Monografia

Título da monografia: GLOBALIZAÇÃO e MULTICULTURALISMO: Jornal de Contradição.

Autora: MARCIA HELOISA SANTOS DE ALMEIDA

Professor Orientador: ÁHYAS SISS

Professor Leitor: MARIA AMÉLIA SOUZA RO'S

Parecer do Orientador:

A monografia da aluna possui relação direta com o tema do curso e representa, bem didática, crescimento de conhecimento para a autora. Redigida com rigor acadêmico e de acordo com as normas cultas da língua, possui definição clara do problema, guarda coerência entre o todo do trabalho com o problema levantado e os objetivos enunciados. Possui clareza e correção de linguagem, bem como encaixamento lógico das ideias apresentadas. Possui ainda bibliografia estudiosa, devido concluída dentro do prazo regimental. Creio que a monografia da aluna reúne todas as condições para aprovação, com grau máximo, ou seja "A", digo, "E".

Parecer do Professor Leitor:

Conceito Final: E

Data: 02/06/2001

Assinaturas:

[Assinatura]
[Assinatura] (em anexo)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, LATO SENSU
FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

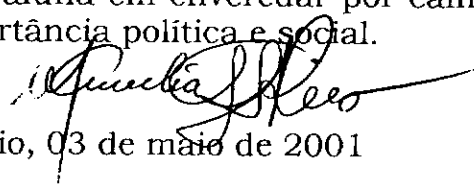
AValiação DE MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A leitura e análise do trabalho monográfico da aluna **MARCIA HELOISA SANTOS DE ALMEIDA**, sob o título **GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO: SINAL DE CONTRADIÇÃO**, vêm às minhas mãos num momento em que repenso minha negritude em meio às contradições colocadas pela globalização e pelo neoliberalismo, este último reforçador de exclusões, xenofobismos, subserviências e demais deslocamentos sócio-culturais em seu desenvolvimento devastador.

A monografia que ora avalio, vem indicar, certamente, a importância da continuidade desse tipo de exercício científico por parte de todos os nossos alunos no sentido de enriquecermos não só suas formações profissionais quanto possibilitarmos a nós mesmos a avaliação de nosso trabalho pedagógico cotidiano.

Tive a satisfação de assistir, a partir do acompanhamento da autora desse trabalho monográfico, na disciplina que lecionei nesse curso, sua brilhante exposição das idéias aqui relatadas, percebendo, logo de saída, ao ler esse trabalho, seu crescimento intelectual e seu avanço teórico sobre a questão.

Atendo-me tanto à forma como ao conteúdo, lendo e refletindo sobre os conceitos colocados pude constatar sua independência ao discorrer sobre as contradições encontradas no percurso de sua história de aluna e os conflitos conceituais e metodológicos só agora materializados. Afinal, como afirma Nietzsche, a verdade não existe. Daí, porque somente entendê-la e achá-la no conjunto das circunstâncias, que são temporais e também, locais. Assim, pude observar na Márcia, autora de seu trabalho e leitora de si mesma, o rigor acadêmico necessário para que lhe atribua **nota dez e conceito E**, portanto, aprová-la, tanto pela relevância do tema quanto pela disposição da aluna em enveredar por caminhos nem sempre reconhecidos por sua importância política e social.


Rio, 03 de maio de 2001